

## REAL, Miguel. *O último europeu – 2284*. Portugal: Dom Quixote, 2015. 277 p.



### Inscrições utópicas e distópicas no futuro europeu

Em janeiro de 2015, Miguel Real publicou *O último europeu – 2284*, romance que flerta com o ensaio filosófico, forma textual à qual o autor se dedicou, por exemplo, em *A Morte de Portugal* (2008), *Nova Teoria do Mal* (2012), *Nova Teoria da Felicidade* (2013) e *Nova Teoria do Sebastianismo* (2014). O encontro entre narratividade, ficcionalidade e ensaísmo ganha fôlego ao percebermos que este novo romance filia-se à tradição utópica e distópica, cuja especificidade é traduzir para a construção literária tanto os desejos quanto os medos de uma determinada época.

A canônica *Utopia* (1516), de Thomas More, que completará 500 anos em 2016, é evocada, primeiramente, na dedicatória do livro; depois, ao longo da narrativa, nos deparamos com a palavra utopia enunciada várias vezes pela personagem-narrador. Além disso, outros signos inerentes à escrita literária utópica estão no romance, entre eles, o desenho de uma sociedade apresentada por meio de suas regras estruturais, suas leis e convenções consideradas ideais segundo uma perspectiva específica; o espaço geográfico da ilha e o seu desdobramento na imagem do isolamento; a personagem que faz as vezes de testemunha desse mundo diferenciado, relatando-o e atestando sua existência bem como comparando-o com o passado – no caso, o presente do leitor.

Entretanto, ao revisitar o campo semântico da utopia, o escritor Miguel Real mistura categorias (não poderia ser diferente, uma vez que o fazer artístico contemporâneo é terreno de ressignificação). Na sua obra, a sociedade compreendida e classificada como utópica na diegese (isto é, compreendida como utópica pelo narrador ancião), quando chega ao leitor, é recepcionada como uma distopia. O enredo, em tom inconstante e com desenvolvimento superficial dos conflitos, apresenta estes movimentos, divididos, estruturalmente, em três partes: a descrição de uma sociedade (supostamente) utópica, a “Nova Europa”, ameaçada pelos Orientais que expulsam os novos europeus do seu território (o qual não é uma ilha, mas um espaço geográfico isolado por um “Cordão Verde de Segurança”); a tentativa de recriação

do estilo de vida dos “Novos Europeus” nas ilhas dos Açores (eis a retomada mais explícita da ilha de More); por fim, estabelecida uma segunda “Nova Europa” (com características distintas da primeira), uma nova ameaça delinea-se, desta vez os Americanos sondam o território e, por fim, causam o declínio definitivo dos (novos) “Novos Europeus”.

A “Nova Europa” é descrita pelo personagem-narrador como uma sociedade utópica do futuro, implementada entre 2050 (primeiros movimentos para a elaboração da sociedade) e 2284. Trata-se de uma “Europa Humanista, racional, bela, justa, próspera, abastada, igualitária, comunitária, onde todos os cidadãos eram felizes e a liberdade absoluta” (REAL, 2015, p. 18), “uma sociedade totalmente comunitária [...] na qual cada membro contribui para o conjunto” (REAL, 2015, p. 41). A localização da sociedade no tempo futuro subverte uma característica implementada na “inauguração” do gênero literário utópico. Desde Thomas More (criador da palavra utopia e do gênero literário utópico, mas não do utopismo), a utopia prevê um viajante (eco às descobertas das Grandes Navegações do século XVI e do pensamento renascentista) que visita uma sociedade localizada em outro lugar (daí a ilha) e não necessariamente em outro tempo (categoria a ser explorada a partir do século XVIII).

Na obra de Miguel Real, a utopia não se inscreve na contemporaneidade do autor empírico (como fizera More), mas sim no futuro (aproxima-se, pois, da distopia, como veremos). Por outro lado, em *O último europeu*, a dimensão do testemunho (seguindo o paradigma de Rafael Hitlodeu em *Utopia*) intensifica-se, pois o personagem-narrador assume a função de “contador de histórias”: ele está a escrever um livro chamado *Crônica da criação e extinção da Nova Europa* para apresentar e registrar na memória coletiva o mundo utópico no qual viveu e que, no momento da sua escrita, está em iminente declínio e extinção devido à ofensiva dos “Mandarins Orientais da Grande Ásia”, o antigo Império Chinês. Assim como na *Utopia* de More, o romance de Miguel Real descreverá detalhadamente o modo de viver dessa sociedade, desde a alimentação, a família (ou melhor, a ausência da concepção de família), a sexualidade, a educação, as leis, o trabalho, o viver e o morrer.

## Uma utopia distópica?

O romance de Miguel Real apresenta uma sociedade utópica a partir da perspectiva de um personagem, o único que detém o discurso. Pare ele, a “Nova Europa” representava uma “sociedade perfeita, em que não havia lugar para a fome, a miséria, a doença artificial [...], não havia lugar para a desigualdade, a injustiça, a guerra, a simples violência individual” (REAL, 2015, p. 28). Contudo, podemos e devemos questionar se, de fato, essa “Nova Europa” apresenta as características de uma utopia ou essa utopia instaura silenciosamente uma distopia. De fato, a organização e a harmonia sociais são apresentadas como princípios desse mundo futuro. Entretanto, à medida que conhecemos o funcionamento da “Nova Europa”, nós, leitores, verificamos a inscrição de categorias distópicas nesse suposto universo utópico, principalmente o controle dos sujeitos, a ausência da liberdade individual e a presença (ainda que os cidadãos dessa sociedade tenham consciência disso) da ilusão.

Esses mecanismos de controle instauram-se por meio da entidade tecnológica “Grande Cérebro Electrónico”, “cuja função é prestar ordem sintática e lógica aos imperfeitos raciocínios humanos, aformoseando-os segundo os preceitos da Grande Ordenação” (REAL, 2015, p. 16). O “Grande Cérebro” também aconselha os sujeitos e estes devem obedecer, pois as sugestões priorizam o bem-estar da coletividade; se o sujeito ficar insatisfeito com a decisão do “Grande Cérebro”, este implanta uma falsa memória, isto é, a sensação de que o desejo foi alcançado. Estabelece-se, pois, uma verdadeira aporia para o leitor, afinal, segundo o personagem-narrador, nessa sociedade utópica do futuro, todos são livres para pensar, propor, criar alternativas, querer, desejar, mas sempre devem “atender aos conselhos lúcidos do Grande Cérebro Electrónico” (REAL, 2015, p. 17). Há, dessa forma, uma dicotomia entre a individualidade e a coletividade; em nome desta, anula-se aquela.

O “Grande Cérebro Electrónico” evoca o “Grande Irmão” da distopia clássica *1984* (1949), de George Orwell, responsável por vigiar e controlar a todos e a todas. Ao mesmo tempo, o recurso narrativo da escrita de um livro-testemunho pelo personagem-narrador remete-nos ao primeiro grande clássico da distopia, *We* (1921), de Yevgeny Zamyatin, no qual o personagem-narrador explica o seu mundo ao leitor, dirigindo-se ao leitor em mais de uma passagem, exatamente como temos em *O último europeu*. A obra de Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo* (1932), também se torna intertexto de Miguel Real, tendo em vista a “programação” dos “neo-europeus”; se em Huxley a hipnopedía e a determinação de castas por meio da genética são meios de controle, em

*O último europeu*, temos o “hipercórtex” (apresentado como algo positivo pelo personagem-narrador), uma espécie de computador – “placas bio-electrónicas neurais implantadas no cérebro” (REAL, 2015, p. 37) – que armazena informações e, inclusive, elimina sentimentos – outra busca obsessiva dos governos totalitários descritos nas distopias clássicas (até a década de 50) e nas distopias críticas (após a década de 50). Há ecos, também, da narrativa breve *The Machine Stops* (1909), de E. M. Forster, cujo enredo apresenta uma “grande máquina” responsável por todas as ações das pessoas; no romance português aqui apresentado, quando os recursos do “Grande Cérebro” deixam de funcionar, os novos-europeus não conseguem dormir, sentem medo, angústias e tristeza, o que configura, para o personagem-narrador, aspectos da animalização do ser humano, e não características inerentes, justamente, à condição humana. Em alguma medida, a harmonia e o equilíbrio são resultados da mecanização e artificialidade dos humanos dessa sociedade futura.

Ficam explicitadas, assim, as inscrições distópicas dessa narrativa, descrevendo uma sociedade mecanicista que anula a individualidade e o comportamento mais genuinamente humano, os sentimentos e as sensações. O personagem-narrador, contudo, apresenta tal sociedade ao leitor (ideal, é claro) como algo a ser celebrado. Nas distopias clássicas e críticas, em oposição, sempre encontramos um personagem que digladiava e reprovava o mundo em que está inserido. Esse signo subversivo, ao digladiar com o *status quo* e, portanto, assinalar os equívocos da sociedade, permite ao leitor assumir um olhar crítico para, então, classificar aquele mundo ficcional como distópico.

Em Miguel Real, esse personagem subversivo e marcado pela criticidade inexistente; o que permite uma postura crítica do leitor são os fatos narrados na “Segunda Parte” do romance, circunstância em que alguns novos europeus recebem a missão de perpetuar a ética da “Nova Europa” em outras terras, pois foram expulsos pelos orientais. Desta vez, o signo da ilha será tematizado, especificamente a ilha dos Açores, a qual precisa ser povoada. Diferentemente do método laboratorial da “Nova Europa”, o qual eliminava o parto normal e a relação das crianças com a maternidade e com a família, na ilha, foi preciso voltar às regras antigas, o sexo e o parto normal. O problema imediato foram os sentimentos, pois, sem o controle do hipercórtex e sem a presença (controle) do Grande Cérebro Electrónico, as relações humanas tornaram-se afetivas – exatamente como são em “nosso mundo”.

Assim, aos poucos, sem a concepção de controle, novas regras sociais tornam-se necessárias, como a reorganização em família, a concepção de maternidade –

“Quem possuía maior poder de autoridade sobre a menina, a Assembleia ou ela, a mãe?” (REAL, 2015, p. 179) –, a monogamia. Dessa forma, por meio da necessidade de mudanças, nós, leitores, traçamos um paralelo entre a suposta sociedade utópica “Nova Europa” e a “(nova) Nova Europa”, desta vez ambientada na ilha. O personagem-narrador, entretanto, não tece tais reflexões; para o ancião narrador, com mais de cem anos, “A Nova Europa fora um sonho, uma utopia, que um rasgão no tempo concretizara, realizado por homens geniais, mas românticos e sonhadores” (REAL, 2015, p. 252). Ele assume, contudo, a segunda iminente decadência, desta vez resultado de outra ameaça, o Império Americano, e não mais os mandarins: “Porém, o século actual e o próximo constituiriam tempos de decadência” (REAL, 2015, p. 252) – nessa “Terceira Parte”, a narrativa perde fôlego e ritmo, tornando-se, até mesmo, repetitiva – afinal, a presença dos dois “inimigos” não figura de maneira distinta nos dois momentos do romance.

### Dos avisos

Tanto a utopia quanto a distopia, utilizando diferentes formas textuais, apresentam um tom de insatisfação diante da sociedade que circunda o autor empírico. A utopia, por meio de uma projeção positiva materializada em escritos filosóficos, ensaísticos, ficcionais, entre outros, representa uma fuga à ordem social inerente a determinado momento histórico. Já a distopia, a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, apropriando-se da forma literária (isto é, do gênero romance já consolidado), delinea um mundo ficcional mergulhado em dilemas e problemas cujas origens residem, também, na contemporaneidade do autor empírico.

A distopia literária, por apresentar um tempo futuro, brinca com a temporalidade da narrativa e do leitor: o presente da diegese representa o futuro do leitor; o passado da diegese representa o presente do leitor. A descrição dos problemas da Velha Europa é a listagem de alguns dos nossos problemas contemporâneos:

a exploração do trabalho infantil, a presumida superioridade ostentatória do homem sobre a mulher, o preenchimento da totalidade da vida através de uma actividade em exclusivo, designada por trabalho, o egoísmo dos narcisistas, que se figuravam a si próprios como centro da sociedade, a avareza dos ricos, a soberba dos poderosos, a vaidade dos superiores, o desprezo dos fortes, a humilhação dos fracos, a exploração dos humildes. (REAL, 2015, p. 190)

Nesse sentido, os comentários do personagem-narrador de *O último europeu* espelham o nosso presente no futuro do mundo, localizado temporalmente em 2284. A descrição da força da China e da América (do Norte) sugere relações com o nosso tempo. Ao mencionar o modo de vida do Império Americano, lemos a descrição da meritocracia e das intervenções bélicas dos Estados Unidos: “para os americanos o princípio é outro, e muitíssimo diferente, fundado no que designam por ‘mérito individual’” (REAL, 2015, p. 222); e “os americanos preparam-se para se constituírem [...] como única região livre do mundo e única potência capaz de vencer a Grande Ásia, inflamando o mundo de liberdade, como dizem, resgatando-o das garras das ditaduras” (REAL, 2015, p. 228).

Nesse sentido, a ficção distópica apresenta-se como um espelhamento que distorce e intensifica especificidades do nosso mundo. Somando a essa análise os paralelos anteriormente estabelecidos com as distopias clássicas, parece-me que Miguel Real criou uma distopia que, ao apresentar a Nova Europa, se disfarça de utopia. Ainda, há outra dimensão que permanece indefinida: as distopias assumem uma função não exatamente de previsão, mas sim de “aviso”. Em outras palavras, se nós, leitores, não agirmos, o mundo tornar-se-á aquilo desenhado (espelhado de modo distorcido) pela ficção. Se seguirmos essa chave de interpretação, quais são os avisos enunciados em *O último europeu – 2288*? Aparentemente, poderia soar como presunçoso uma Europa utópica, superior, portanto, à China e aos Estados Unidos, duas grandes potências mundiais atualmente. Tendo em vista as inscrições distópicas no romance de Miguel Real, parece-me que a sugestão – ou o aviso – segue o simples raciocínio de que a humanidade erra, “o homem é o vírus maligno da Terra” (REAL, 2015, p. 105), daí a pretensa utopia da Nova Europa, a força avassaladora das regras totalitárias da Grande Ásia e o discurso falaciosos do Império Americano. Utopias e distopias figuram, sempre, como convites à reflexão e em Miguel Real, ainda que a construção narrativa (especificamente a figuração da personagem-narrador) não auxilie o leitor a elaborar uma postura crítica, podemos, analisando os intertextos com o campo da utopia e da distopia, propor questionamentos.

CAROLINE VALADA BECKER  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Recebido: 18 de outubro de 2015  
Aprovado: 17 de dezembro de 2015  
Contato: carol.valada@hotmail.com